

Bruxelas, 9 de abril de 2026
(OR. en)

7982/26

AGRI 245
AGRIFIN 74
FORETS 49
PROCIV 70
ENV 317

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Delegações
Assunto:	A importância estratégica da agricultura e da gestão sustentável das florestas no reforço da prevenção dos riscos de incêndios florestais e da resiliência face a esses incêndios – Informações da Comissão – Troca de pontos de vista

A Comunicação da Comissão sobre a *gestão integrada dos riscos de incêndios florestais* (doc. 7652/26) tem em conta as dimensões ecológica, económica, cultural e social de todo o ciclo de gestão dos riscos (prevenção, preparação, resposta e recuperação). A comunicação responde à urgência de agir em matéria de gestão dos riscos de incêndios florestais, reunindo todos os domínios de intervenção e intervenientes numa abordagem conjunta para reduzir os riscos de incêndios florestais. Assenta em consultas com as instituições e organismos da UE, os Estados-Membros, os peritos, as partes interessadas e o meio académico e visa reforçar a cooperação com eles para fazer face aos desafios crescentes em matéria de riscos de incêndios florestais.

Os incêndios florestais na UE estão a aumentar em dimensão, frequência e capacidade destrutiva, criando importantes riscos intersetoriais. Os registos relativos à época de incêndios florestais de 2025 indicam que ardeu na UE mais de um milhão de hectares, uma área maior do que Chipre, o que representa um máximo histórico de território da UE afetado por incêndios florestais. Em quatro dos últimos cinco anos, as áreas ardidadas excederam a média histórica, tendo aumentado também a intensidade dos incêndios. Os incêndios florestais já não se limitam ao sul da Europa – afetam também as regiões centrais, setentrionais e orientais do continente. Esta tendência tem consequências de grande alcance, incluindo a perda de vidas humanas, os danos causados aos ecossistemas, a redução da qualidade do ar, a degradação dos solos, a erosão, a perda de biodiversidade e os impactos negativos na agricultura, na silvicultura e nas infraestruturas. Os prejuízos económicos anuais da UE resultantes dos incêndios florestais estão estimados em cerca de 2,5 milhares de milhões de EUR.

As alterações climáticas são um importante catalisador do aumento da frequência das vagas de calor, das secas e das temperaturas elevadas, criando condições propícias à ignição e propagação de incêndios florestais. As alterações do uso do solo, a degradação dos ecossistemas naturais, o despovoamento rural e o abandono das práticas tradicionais conduziram a uma maior acumulação de combustível. Ao mesmo tempo, a expansão urbana em áreas florestais aumentou a exposição aos incêndios florestais. A atividade humana é responsável por uma proporção que chega a atingir 96 % das ignições de incêndios florestais, tornando-se a sua principal causa. Os incêndios florestais são normalmente causados por faíscas relacionadas com infraestruturas ou por ações deliberadas.

A acumulação de combustível devida a vegetação não gerida aumenta a probabilidade de grandes incêndios florestais. Por conseguinte, os agricultores, os silvicultores e as comunidades rurais desempenham um papel fundamental na prevenção dos incêndios florestais. As práticas ativas e sustentáveis de gestão dos solos, como o pastoreio, o desbaste florestal, a diversificação das espécies e a promoção de paisagens mais diversificadas, são importantes para reduzir a intensidade dos incêndios florestais e conter a sua propagação.

A UE disponibiliza fontes de financiamento para a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação. É necessário melhorar o acompanhamento e a utilização estratégica destes fundos para garantir a sua eficácia. A política agrícola comum (PAC) tem apoiado a prevenção no solo de incêndios florestais e o restauro. Propõe-se que os instrumentos atualmente disponíveis, incluindo os que se destinam ao restauro de florestas e terras agrícolas após catástrofes naturais, sejam mantidos para o período de programação de 2028-2034. Outras medidas, como o restauro da natureza, inclusive em zonas húmidas e florestais, também contribuem para a resiliência aos incêndios, melhorando a saúde dos ecossistemas pertinentes e reduzindo os efeitos das secas.

Os Estados-Membros são os principais responsáveis pela gestão dos incêndios florestais, juntamente com as autoridades regionais e os gestores de terras, enquanto a UE presta apoio com financiamento, dados e partilha de conhecimentos.

Os atuais desafios que comprometem a eficácia das nossas políticas de prevenção de incêndios florestais incluem dados incoerentes, cartas de perigosidade desatualizadas, uma modelização insuficiente da evolução do comportamento dos incêndios e uma integração limitada das avaliações transfronteiriças e multirrisco.

Para o efeito, já existem instrumentos da UE para os serviços de monitorização e alerta precoce, como o Copernicus e o Sistema Europeu de Informação sobre Fogos Florestais (EFFIS), e os Estados-Membros são incentivados a utilizá-los sistematicamente para apoiar a gestão dos riscos de incêndios florestais e ajudá-los a decidir quais os projetos que necessitam de financiamento. A Comissão pretende reforçar estes instrumentos e desenvolver uma modelização de riscos normalizada a nível da UE. Os Estados-Membros são incentivados a promover a adoção de medidas de prevenção no solo de incêndios florestais e a melhorar os sistemas de alerta precoce, a monitorização dos incêndios, a modelização do comportamento dos incêndios, a avaliação dos riscos e a utilização de dados de alta resolução para a tomada de decisões.

Dado o elevado número de incêndios florestais causados pela atividade humana, a mudança de comportamentos é fundamental. O acesso a informações sobre os riscos e a uma comunicação específica pode apoiar os esforços de prevenção. As medidas de preparação incluem o planeamento de evacuações, a participação das comunidades e a educação.

Algumas regiões carecem de pessoal com formação suficiente e de equipamento. Os bombeiros necessitam de proteções, formação e apoio adequados. A UE incentiva a adoção de medidas de resposta através do Mecanismo de Proteção Civil da União, incluindo o pré-posicionamento de bombeiros e a criação de uma frota aérea comum de combate a incêndios (rescEU). Os esforços adicionais centram-se na melhoria da interoperabilidade, da formação e das capacidades analíticas.

Reconhecendo a necessidade de novas medidas nesta matéria e tendo em conta a Comunicação da Comissão sobre a *gestão integrada dos riscos de incêndios florestais*, a Presidência cipriota pretende facilitar os trabalhos relativos à recomendação sobre a gestão integrada dos incêndios florestais anunciada pela Comissão na comunicação supramencionada. Dado o seu conteúdo transversal, a recomendação será debatida no Conselho dos Assuntos Gerais. Tendo igualmente em conta a importância de reforçar a ligação entre a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação, bem como o apoio prestado por meio de medidas da UE e dos Estados-Membros para uma aplicação eficaz, a Presidência convida os ministros a trocarem pontos de vista sobre as seguintes perguntas, a fim de contribuírem para este processo:

- *Como pode a política agrícola comum (PAC), em combinação com outros instrumentos da UE, apoiar melhor os agricultores, os silvicultores e as zonas rurais na prevenção e gestão dos riscos de incêndios florestais, nomeadamente através de incentivos mais fortes a práticas de gestão dos solos que reduzam a acumulação de combustível e reforcem a resiliência das paisagens? De que forma pode este apoio ser melhorado por meio de financiamento público e privado adicional para lá do quadro da PAC?*
- *Tendo em conta a intensidade e frequência crescentes dos incêndios florestais na Europa, como pode a gestão sustentável das florestas ser incentivada e o seu restauro reforçado, e de que modo pode a prevenção dos riscos de incêndios florestais ser mais bem integrada nas políticas florestais nacionais, nos planos de restauro e no ordenamento do território, em especial na interface entre zonas florestais e urbanas e nas áreas afetadas pelo abandono de terras, a fim de reforçar a resiliência e proteger as comunidades e os ecossistemas rurais?*